

## Nós e as plantas: ontem e hoje<sup>1</sup>

ANTONIO SALATINO<sup>2</sup>

(recebido: 6 de setembro de 2000; aceito: 16 de novembro de 2000)

**ABSTRACT** - (The plants and us: past and present). Green areas in cities and trees growing on streets and squares of urban sites are features that only recently acquired relevance in the western world. It seems that formerly urban inhabitants did not value a close proximity with plants. In the present paper it is suggested that this is a consequence of a rupture between man and nature that can be traced back to the emergence of the Judaic-Christian tradition. The absence of links between nature and Christianity is evident by the common absence of trees, gardens and other aspects representative of nature around Christian temples. Christianity represented also an end to mythology, a process that led to the development of the rational thinking and thus favored science development. By their turn, the scientific achievements of the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> century strengthened the belief in the superiority of the human being and thus reinforced the alleged right of man, founded on religious grounds, to dominate over nature. The overvalue of the knowledge derived from science and of the concepts and habits of the civilized world, together with the non acceptance of values from the wild and conquered peoples led to the extinction of the tradition and languages of many native nations. A resurgence of the values linked with nature in the western civilized world came only with the Romantic Movement of the 19<sup>th</sup> century, still restricted to the elite. A strong valorization of nature and its representatives was only brought about in the 20<sup>th</sup> century, mainly in the last decades, by the Environmentalist Movement. But the ancient notion that nature exists to serve man is still prevalent in many sectors of our society. A point is advocated that ethic and moral principles need to be called upon to defend and preserve nature. In special, it is argued that, as an important aid to the actions of the World Environmentalist Movement, all religions should assume as one of their priorities the protection of nature and wild living beings, because ethic and moral items can best be absorbed by the human mind when administered by religious means.

**RESUMO** - (Nós e as plantas: ontem e hoje). Áreas verdes, ruas e praças arborizadas em locais urbanos são características que apenas recentemente adquiriram relevância no mundo ocidental. Parece que os habitantes antigos das cidades não valorizavam uma estreita proximidade com plantas. Neste artigo, sugere-se que isso é uma consequência de uma ruptura entre o homem e a natureza, que ocorreu na emergência da tradição judaico-cristã na história da civilização ocidental. A ausência de laços entre natureza e cristianismo é evidente na ausência de árvores, jardins e outros aspectos representativos da natureza em torno de templos cristãos. O cristianismo também representou o fim da mitologia, um processo que conduziu ao desenvolvimento do pensamento racional, favorecendo assim o desenvolvimento da ciência. Por seu turno, as conquistas científicas dos séculos 17 e 18 reforçaram a confiança na superioridade do ser humano e fortaleceram o suposto direito do homem, baseado em fundamentos religiosos, de domínio sobre a natureza. A sobrevalorização dos conhecimentos derivados da ciência e do mundo civilizado e a negação dos valores dos povos selvagens conquistados levaram à extinção das tradições e línguas de muitas nações nativas. Uma ressurgência dos valores ligados à natureza no mundo civilizado ocidental ocorreu apenas com o Movimento Romântico do século 19, ainda restrito à elite. Uma forte valorização dos componentes naturais veio no século 20, especialmente em suas últimas décadas, com o Movimento Ambientalista. Mas a antiga noção de que a natureza existe para servir ao homem ainda prevalece em muitos setores da sociedade. Defende-se aqui o ponto de vista de que é necessário recorrer-se a itens éticos e morais para defender e preservar a natureza. Especial ênfase é dada ao argumento de que uma importante contribuição ao Movimento Ambientalista Mundial seria a união de todas as religiões, assumindo como uma de suas prioridades a proteção da natureza e dos seres silvestres, uma vez que itens ligados à ética e à moral são melhor absorvidos pela mente humana quando administrados por via religiosa.

Key words - environmentalism, tree planting, conservation, ethics, landscaping

### As antigas cidades e as plantas

Atualmente, ruas bem arborizadas, ilhas com canteiros e praças públicas com muitas árvores e jardins constituem coletivamente um importante item

incluído entre os indicadores de qualidade de vida de áreas urbanas. Especialistas de diversos campos de estudo apontam os benefícios que a proximidade com plantas trazem para a saúde física e mental dos habitantes das cidades. Por essas razões, em muitas cidades de todos os continentes, os bairros mais caros em termos imobiliários costumam apresentar altos índices de arborização, além de residências com jardins muito bem cuidados.

Certamente, não é correto assumir-se que a valorização de áreas verdes em zonas urbanas seja

1. Texto baseado em palestra apresentada no XIII Congresso da Sociedade Botânica de São Paulo.

2. Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências, Departamento de Botânica, C. P. 11461, 05422-970 São Paulo, SP, Brasil, asalatin@usp.br

um fenômeno que tenhamos herdado de gerações antigas na história de nossa civilização. Ao contrário, o reconhecimento dos benefícios que trazem as plantas aos habitantes das cidades é bastante recente, pelo menos em algumas regiões do mundo ocidental, principalmente nos países latinos. Evidências para isso podem ser notadas na observação de cidades atuais que ainda preservam as características originais do período de sua formação. Assim, ao observarmos o setor histórico de cidades da época colonial brasileira, como Salvador e Ouro Preto, é evidente que não havia entre os seus habitantes a preocupação de cultivar árvores nas ruas e manter jardins em seus lares. Comportamento semelhante deveriam ter os habitantes de cidades coloniais da América Espanhola, a julgar-se pelo que se nota em Cuzco, a capital do Império Inca. Comentários semelhantes podem estender-se a cidades centenárias de vários países da Europa: cidades da Itália, muitas delas lindas do ponto de vista arquitetônico, assemelham-se às nossas cidades coloniais no fato de que arborização e ajardinamento de ruas e praças nunca foram parte de seu planejamento urbanístico. Até mesmo cidades da Holanda, como Haia, e da Alemanha, como Heidelberg, podem ser incluídas nesse contexto. Em castelos, cujas características originais foram preservadas, também é notório que os seus habitantes não davam grande importância ao convívio com plantas. Em produções cinematográficas que pretendem ser fiéis às características e costumes da época que pretendem retratar, como a versão mais recente de Hamlet, quase que podemos sentir a atmosfera fria e árida dos ambientes do castelo, invariavelmente envoltos por pedras nuas.

Apesar da valorização dada às plantas no ambiente urbano atual, ainda são comuns certas reações de pessoas que chegam a ser surpreendentes e revoltantes. Por exemplo, pudemos testemunhar a intenção de proprietários de um estabelecimento de educação infantil, a quem supostamente se atribuiria a função, entre outras, de educação ambiental, de abater uma árvore de sibipiruna que cresce na calçada defronte à escola. A causa da agressão à árvore devia-se simplesmente ao fato de que em alguns meses do ano ela despeja os seus folíolos ou flores no pátio de recreação das crianças. A planta só acabou sendo preservada devido à indignação de algumas pessoas do bairro. Todos

somos cientes de como é difícil conseguir-se que árvores jovens plantadas nas calçadas e ilhas cheguem a desenvolver-se e tornar-se adultas, porque os transeuntes vão gradualmente mutilando-as até que se torne inviável a sua simples sobrevivência. São Paulo possui baixos índices de arborização e áreas verdes. Enquanto a ONU recomenda o índice mínimo de 12 árvores por 1000 habitantes, em São Paulo ainda não superamos o índice 4. No entanto, o plantio de árvores jamais foi detectado como uma das prioridades por parte da população, por exemplo nas pesquisas em épocas de campanha eleitoral.

Na verdade, nós temos uma longa história de valorização de tudo o que é civilizado e urbano, e de depreciação pelo que é natural e selvagem. Aliás, enquanto em certos setores da biologia, particularmente entre os ecologistas, o termo selvagem tem atualmente uma conotação positiva e designativa de algo puro e intocado pelo homem, para o restante da sociedade ele ainda é carregado de preconceito e entendido como indicador de comportamentos amorais ou avessos à boa ética civilizada.

### **As raízes da nossa oposição à natureza**

Já faz muito tempo, os nossos antepassados afastaram-se cada vez mais dos componentes naturais da biosfera. Devido a circunstâncias diversas, o homem ocidental gradualmente foi se distanciando da natureza e impondo-se como uma entidade distinta e superior. Com isso, acabamos nos tornando uma sociedade não apenas avessa ao mundo selvagem, como também uma civilização em crônico conflito com a natureza (Turner 1990).

As raízes da nossa atitude anti-natural são antigas. Um componente, talvez o principal deles, funda-se na nossa tradição judaico-cristã. A antiga nação hebraica, da qual derivaria o cristianismo, originou-se e desenvolveu-se em regiões semi-áridas, em meio a uma natureza hostil, o que deve ter contribuído para que, entre os hebreus, não se desenvolvesse o sentimento de veneração por animais e plantas que é tão comum em outras tradições. Além disso, estabeleceu-se entre os antigos hebreus uma religião baseada num Deus único e criador de todos os seres vivos, que foi fundamental para manter a unidade do povo e constituir uma

nação. Tal crença contrasta com as religiões da grande maioria dos outros povos antigos, inclusive a dos cultos gregos, que criaram uma rica mitologia recheada de divindades, muitas delas representativas e regentes de eventos e fenômenos naturais. Para muitos povos antigos e atuais, a natureza é sagrada e formada por divindades representadas por diversos animais, que merecem a adoração do povo. Em épocas antigas, sacrifícios de vidas humanas para aplacar a ira ou conseguir algum benefício eram ofertados aos deuses, frequentemente representados por símbolos animais.

A narrativa da Criação, tal como relatada no *Gênesis* (o primeiro livro da Bíblia) teve importantes consequências. A natureza é dessacralizada, ou seja, perde o caráter sagrado (Campbell 1988, Turner 1990). Ao mesmo tempo, a mitologia deixa de existir, uma vez que os componentes da natureza foram criação de um único Deus e os fenômenos da natureza são por Ele regidos. O cristianismo levou a um crítico deslocamento da ênfase religiosa, inicialmente baseada em divindades ligadas à natureza, para um Deus a ela transcendente. A natureza perde todo o significado espiritual e retém ainda alguma conexão sagrada apenas como um exemplo do esplendor divino na criação. O homem assume uma posição de destaque, hierarquicamente acima de todos os outros seres vivos, pois é o único criado à semelhança de Deus (Genesis, 1, 27). Além disso, Deus ordena que o homem se multiplique e *tenha o domínio* sobre os animais (Genesis, 1, 28). Todas as plantas e animais foram criados para alimentar o homem (Genesis, 1, 29-30). A natureza não tem outra razão de ser, exceto a de servir ao homem (White 1967). Embora outras passagens do Antigo Testamento, como a narrativa do dilúvio e da arca de Noé (Genesis, 6-9), possam ser interpretadas como recomendações para atitudes de zelo e proteção da natureza, a atitude que prevaleceu entre os povos ocidentais foi a de absoluto domínio, desde a Idade Média até época recente (Edward-Jones *et al.* 2000).

Para o cristianismo, a condição humana baseia-se numa dualidade: o corpo, formado originalmente de terra e água, e o espírito, que no caso de Adão foi insuflado pelo sopro divino. As necessidades do corpo, sendo este apenas matéria, são comuns

às dos outros animais. As do espírito, no entanto, merecem muito maior atenção, pois se trata de algo exclusivo do ser humano e bem mais próximo de Deus. No cristianismo, aspectos naturais da nossa biologia são assumidos como pecaminosos, como os prazeres ligados ao paladar (gula, o quinto pecado capital) ou ao sexo (luxúria, o terceiro pecado capital).

A extrema valorização dos aspectos ligados ao espírito e a pequena importância devotada à natureza no âmbito da tradição cristã reflete-se na inexistência de vida, expressa por árvores, jardins, pássaros, etc., em torno de muitas das nossas igrejas. Templos esplêndidos, como numerosas catedrais européias, denotam a preocupação em se erigir construções magníficas, nas quais a grandiosidade e o elevado padrão arquitetônico e das artes plásticas atestam a genialidade do espírito humano, criado à semelhança de Deus. Assumimos como normal a ausência de vegetação ao redor dos nossos templos (cristãos), como a basílica de São Pedro (Vaticano) e a catedral de Aparecida, esta última construída num local que era outrora coberto por uma das mais exuberantes formações florestais do planeta, a Mata Atlântica. Templos de outras religiões, baseadas também no Antigo Testamento, têm características semelhantes, como o famoso Taj Mahal, obra muçulmana erigida totalmente em mármore. Contrariamente a esse padrão, em outras tradições religiosas, como o budismo, a natureza é altamente valorizada e há muitas plantas tidas como sagradas. Sabemos que *Ginkgo biloba*, uma planta usada mundialmente para arborização de ruas e praças (e atualmente também uma importante planta medicinal) somente sobreviveu à extinção pelo esforço de antigos monges budistas, para os quais a planta era sagrada. Muitos templos e santuários budistas e de outras religiões orientais são envoltos por exuberante natureza, com bosques, lagos, peixes e pássaros. O conjunto compõe um ambiente que convida à reflexão e à meditação sobre as coisas do espírito.

Voltando um pouco sobre a influência do ambiente e do tipo de vegetação em que se desenvolveram as civilizações, alguns povos que acabaram também abraçando o cristianismo, mas que viviam mais integrados à natureza em regiões menos inóspitas do que os antigos hebreus, como os germanos e povos próximos, demonstram uma apreciação e afinidade muito maior com os

elementos naturais, principalmente as plantas, do que os latinos. Ainda hoje, certos lenhadores da Alemanha e regiões próximas pedem perdão à árvore que irão abater. A árvore-de-natal, um dos raros símbolos derivados do mundo vegetal com alguma conotação sagrada no cristianismo, é uma criação germânica.

Em resumo, a perda de relacionamento da civilização ocidental com o ambiente natural, que remonta ao estabelecimento da tradição judaico-cristã, é um dos aspectos mais importantes que se situam na origem de nossa crise ambiental (White 1967).

### **O cristianismo como indutor do raciocínio lógico e o legado da ciência na crise ambiental**

Em outros aspectos, o judaísmo e o cristianismo tiveram conseqüências muito positivas. Por exemplo, eles trouxeram uma valorização do ser humano sem paralelo em antigas religiões politeístas ou animistas. Além disso, aquelas religiões promoveram a liberação do homem de crenças irracionais que obstavam o seu avanço filosófico e científico. A crença num Deus único e a conseqüente destruição de mitologias que explicavam, ao seu modo, todos os fenômenos naturais foram importantes para o desenvolvimento do pensamento científico, ao permitir o estabelecimento de linhas de pensamento lógicas e racionais. Acreditam alguns estudiosos que a ausência de mitologias em nossa formação cultural foram importantes para o desenvolvimento das capacidades do hemisfério cerebral esquerdo, primariamente analítico e racional (Capra 1990).

Por seu turno, o crescimento científico que sucedeu o período renascentista somente reforçou o distanciamento do homem das coisas naturais. Cientistas importantes para o desenvolvimento científico, como Newton, eram profundamente religiosos. Para ele e alguns filósofos, como Bacon, revelar os mecanismos da Criação era um ato de devoção a Deus, particularmente os estudos para o estabelecimento e compreensão da linda simplicidade dos primeiros princípios da física, dos quais depende todo o restante nas ciências naturais. Outros filósofos extremamente influentes, como René Descartes, eram também muito religiosos. Ele tinha como um de seus objetivos o estabelecimento de uma filosofia que nos convertesse em dominadores e possuidores da natureza. A

convicção na dicotomia matéria/espírito e na independência recíproca entre esses dois supostos componentes do ser humano levou-o a admitir que os animais, entendidos então como seres desprovidos de alma, eram essencialmente “biomecanismos”, portanto sem consciência e incapazes de sentir dor (Edward-Jones *et al.* 2000).

O crescimento científico e comercial da Era Moderna nos séculos XVII e XVIII resultou num tamanho otimismo e confiança na superioridade e capacidade do engenho humano que se adicionou uma nova perspectiva religiosa ao destino humano, ao qual caberia não apenas dominar sobre a natureza, como também *aperfeiçoá-la* através de um projeto humano, pois ela se encontrava em estado decadente e carente de refinamentos. Os antigos jardins do período Iluminista do século XVIII, como os magníficos jardins construídos por Luiz XIV, pretendiam apresentar esse estado ideal da natureza, no qual diversidade e variação naturais eram substituídas pela perfeição geométrica. Ao contrário, os jardins orientais procuram trazer para perto do homem um pouco da diversidade topográfica e florística do mundo natural.

### **Somos inerentemente contrários à diversidade**

Até os dias atuais, a nossa conduta, tanto no campo científico quanto no filosófico e econômico, tem sido norteada pela postura analítica e reducionista, uma herança filosófica de Descartes, que foi fundamental para o enorme avanço científico e tecnológico dos últimos séculos. Para entender qualquer processo, primeiramente separamos as suas partes constituintes e as estudamos separadamente, e só então procuramos entender o complexo funcionamento do conjunto. Diversidade e complexidade não encontram imediata guarida em nossa mente; o hemisfério cerebral esquerdo prefere a constância, a homogeneidade e formas geométricas simples. A nossa tendência tem sido sempre a de simplificar e homogeneizar o meio onde vivemos. Ouvi uma vez, em entrevista radiofônica, uma frase notável, emitida por um ecólogo, cujo nome infelizmente acabei não registrando: “A natureza é democrática, o homem é autoritário; a natureza privilegia a diversidade, o homem, a homogeneidade”. Nada

mais verdadeiro, pois temos uma inata dificuldade em lidar com a pluralidade. Quantas vezes já não se emitiram argumentos em defesa de uma única etnia, uma única ideologia, um único credo, um único idioma e tantos outros “únicos”? Será que há diferenças notáveis entre “shopping centers” de São Paulo, Nova York e Tokyo? Até onde não seria isso uma das conseqüências da adoção do nosso Deus único? José Bové, um francês avesso aos efeitos danosos da globalização, comandou no ano passado uma investida contra uma loja da rede McDonald’s numa pequena cidade francesa. Ainda que o seu estilo de ação não seja recomendável, em uma coisa Bové tem razão. Usando suas próprias palavras “o McDonald’s é o símbolo da uniformização da comida e da cultura americana no mundo” (Isto É 2000). Os hábitos dietéticos dos povos em todas as regiões do mundo estão rapidamente desaparecendo e sendo substituídos pelos “fast foods”. A dieta do Mediterrâneo, tida por muitos nutricionistas como ideal (Angelis 1999), está desaparecendo devido a hábitos alimentares globalizados que rapidamente se entranham nos países europeus. Com os idiomas, acontece algo semelhante. O inglês é cada vez mais a língua hegemônica em todo o mundo. Além do inglês, poucas outras línguas estão em crescimento, entre elas o espanhol. Para alguns especialistas de evolução das línguas, o português não resistirá ao crescimento do espanhol e acabará sendo absorvido. Milhares de línguas já se extinguíram. Entre as línguas indígenas brasileiras, a grande maioria já foi extinta. Há alguns idiomas nas Américas do Sul e do Norte que são conhecidos apenas por umas poucas pessoas. Com a perda do idioma, perde-se praticamente todo o conteúdo cultural de um povo. Analogamente ao melhoramento genético de plantas, que teve como uma de suas conseqüências uma extensiva erosão gênica em muitas espécies agrícolas, a extinção de etnias e de idiomas representa uma erosão cultural. Enquanto o melhorista muitas vezes lamenta a falta de diversidade genética, o antropólogo se ressentido da perda de tradições e experiências de povos indígenas que muito poderiam contribuir para o nosso progresso cultural e até científico. Felizmente, muitos cientistas não têm hoje a arrogância que era comum no homem civilizado até há bem pouco tempo, quando se enxergava apenas ignorância e

superstição nas culturas de povos indígenas. A etnobiologia é hoje um ramo respeitado e valorizado, pelo menos por boa parcela da comunidade científica. Atualmente, é comum lermos frases escritas por cientistas, como a seguinte: “The death of a medicine man, or shaman, has been likened to the burning of a unique library: the knowledge held in his head is not obtainable anywhere else” (Collins 1990). Levantamento feito por Farnsworth (1988) revela que a congruência entre os males para os quais se prescrevem fármacos de origem natural e os males que eram (ou ainda são) tratados com plantas portadoras daqueles fármacos em medicina tradicional (etnobotânica) é de 75%. Infelizmente, a apreciação dos conhecimentos derivados de fontes não científicas só veio a ocorrer numa época em que grande parte da cultura e tradições de povos indígenas já não era mais disponível.

#### **Ressurgência dos valores ligados à natureza: ambientalismo e ecologia econômica**

A valorização dos aspectos espirituais da natureza somente ressurgiu no mundo ocidental com o movimento Romântico do século XIX (Edward-Jones *et al.* 2000). Esse retorno ocorreu sob forma secular, ou seja, independente de qualquer influência religiosa. No Brasil, escritores como José de Alencar e Castro Alves fizeram a apologia de nossa natureza e dos povos nativos a ela integrados. Carlos Gomes foi um músico do período romântico que fez uso de seu notável talento para homenagear a natureza e o indígena brasileiro em óperas como *O Escravo* e *O Guarani*. No entanto, a revalorização da natureza iniciada pelo movimento romântico ficou confinada à elite, e teve impacto insignificante sobre o conjunto da sociedade. Não obstante, deve-se reconhecer nessa iniciativa o caráter precursor de um ambientalismo mais ativo, representado por múltiplas correntes que se iniciaram e cresceram no século XX.

O movimento ambientalista, principalmente o das três últimas décadas, fez com que os habitantes das cidades no mundo ocidental viessem a desenvolver para com a natureza e as plantas uma postura bem distinta do que prevalecia até 100 anos atrás. Boa parte da população urbana aprecia as plantas e reconhece o benefício que as áreas verdes representam para o ser humano. Mas eu acredito

que poderíamos ter avançado muito mais. Para o conjunto da sociedade em praticamente todo o mundo ocidental, os problemas ambientais ainda não representam um item prioritário e nem sequer importante. Provavelmente, poucos cidadãos norte-americanos têm conhecimento de que um dos atuais candidatos à presidência do país (Al Gore) é uma pessoa ligada ao ambientalismo, sendo até mesmo autor de um famoso livro, “Earth in the balance: ecology and the human spirit”. Tanto os meios de comunicação, quanto o próprio candidato em seus discursos e discussões de campanha pouco enfocam a sua atuação no campo ambiental, pois outras prioridades são encaradas pela sociedade como de muito maior relevância.

A motivação no sentido de se preservar ou conservar espécies, paisagens e ecossistemas ainda é predominantemente antropocêntrica; muito raramente ela é movida por razões morais que reconhecem nas plantas e animais um valor intrínseco, desvinculado de interesses humanos. Para convencer a sociedade e as autoridades da importância de se preservar espécies e ecossistemas, os ambientalistas precisam lançar mão de argumentos econômicos. Novas áreas de investigação científica foram criadas na interface entre ecologia e economia. Barry Commoner (citado por Tiezzi 1988), um pesquisador com formação básica em biologia, foi um dos primeiros a evidenciar as interfaces entre as duas ciências. Muita gente hoje se dedica a fazer cálculos complexos para se chegar a valores, em dólares, de algo que todos (inclusive as próprias pessoas envolvidas nessas atividades) reconhecem como inestimável, ou seja, espécies e ecossistemas (May & Motta 1994). O valor de plantas medicinais é um argumento conveniente, e por isso freqüente, do qual se lança mão para a importância da preservação de grandes áreas de ecossistemas, pois ninguém pode dizer quantos fármacos desconhecidos, de substancial valor medicinal, se perderiam ao extinguiem-se as espécies ali presentes. Estima-se que 25% de todos os medicamentos prescritos nos EUA sejam baseados em produtos vegetais. Levando-se em conta os preços desses medicamentos, estimou-se na década de 1980 que cada espécie vegetal portadora dos fármacos que entram na composição dos remédios teria o valor médio de US\$ 290,000.00 por ano.

No entanto, ao levar-se em conta o custo das perdas de vidas humanas que são evitadas pelo consumo dos medicamentos, e assumindo-se como US\$ 4,000,000.00 o valor estatístico da vida de um cidadão norte-americano, chega-se ao valor de US\$ 6 bilhões por ano por espécie (Edward-Jones *et al.* 2000).

### Natureza, ética e religião

Alguns filósofos e cientistas, preocupados com a crônica crise ambiental, estão convencidos de que argumentos de ordem econômica ou baseados em motivação antropocêntrica não conseguirão sozinho reverter o preocupante quadro atual. Muitos acreditam que ingredientes ligados à moral e à ética precisam ser acrescidos à receita com a qual devemos lidar para salvar o planeta. Assume-se que tais ingredientes têm maior probabilidade de serem absorvidos pela mente humana quando administrados por via religiosa. Não significa que as questões ambientais discutidas nas escolas, dentro de contextos científicos, e veiculados pelos meios de comunicação sejam inúteis. Todos estão de acordo em que a educação ambiental nas escolas e fora delas é um item fundamental. O ponto aqui defendido é o de que as religiões podem contribuir, possivelmente até mais do que outros meios, para minimizar os problemas da crise ambiental.

Eu comecei a pensar sobre essas possibilidades quando estive no Japão há sete anos e comparei os arredores dos templos de Kyoto com os de nossas igrejas cristãs (ver comentários na seção “As raízes de nossa oposição à natureza”). Não há dúvida de que a valorização da natureza é muito mais forte entre os povos orientais. Por exemplo, na China ainda predominam prescrições de medicamentos preparados a partir de plantas (Farnsworth 1988). Alguém poderia argumentar que aí prevalecem razões outras que não as culturais, tendo em vista as dificuldades econômicas daquele país. Mas como explicar que no Japão o porcentual de prescrições fitoterápicas ainda é de 20%? A Alemanha, um país em que o cristianismo ainda não destruiu totalmente as tradições e mitos dos tempos de formação do povo germânico, situa-se entre os países ocidentais com maior apreciação por medicamentos de origem natural.

Naquela ocasião, fiz algumas palestras e não percebi grande receptividade ao argumento de que a ciência deveria solicitar a colaboração de

religiosos no esforço de salvar a natureza. A antipatia nutrida por cientistas em relação à religião é muito antiga, remontando à época de Galileu. No entanto, ao procurar bibliografia sobre o assunto, verifiquei que vários autores já haviam veiculado idéias semelhantes. Um jesuíta (Toolan 1993), escreveu um livro em resposta a uma carta aberta, assinada por 24 eminentes cientistas, dentre eles Carl Sagan e Stephen Jay Gould. A carta intitulava-se “Preservando e defendendo a Terra: um apelo para um compromisso conjunto entre religião e ciência”. O documento continha frases como:

“Em nosso julgamento, o que é considerado sagrado é mais passível de ser tratado com atenção e respeito. O planeta que nos serve de lar deveria ser tratado dessa forma. Os esforços para salvaguardar e proteger o ambiente deveriam ser impregnados de uma visão sagrada”.

Muitos condenam a proposta de ressacralizar a natureza e o ambiente, entendendo que isso representaria um retrocesso e possivelmente traria como conseqüência a diminuição da importância da figura humana e da prioridade ao atendimento de suas necessidades.

A edição de maio da “Folha do Meio Ambiente” traz uma entrevista com Ghilleen Prance, notável botânico que recebeu de Sua Majestade britânica o título de *Sir*, e do governo brasileiro a Ordem Cruzeiro do Sul, pelos seus trabalhos dirigidos à preservação da Amazônia. Sua posição coincide com a dos signatários da carta comentada acima: cabe ao homem atuar como um zelador da natureza (nunca como o seu proprietário e dominador), e as religiões têm muito a colaborar nesse esforço. Na entrevista, Prance afirma:

“Precisamos envolver todas as religiões do mundo para produzir uma ética que diga que precisamos agir como zeladores do ambiente. Na nossa sociedade o homem age com uma certa arrogância em relação à natureza, sente-se dono e não um zelador que está ali para tomar conta, que tem respeito. Sem essa ética, não acredito que teremos a força e nem o poder para mudar as coisas.”

Um religioso da igreja católica russa (Schreider 1997) tem uma posição equilibrada a respeito das possibilidades de atuação do cristianismo nas questões ambientais. Ele rejeita tanto o posicionamento extremamente pragmático e utilitário dos que nos colocam como proprietários

da Terra, quanto o naturalismo ou primitivismo ingênuo, que insiste em inserir o homem como parte da natureza. Schreider nega peremptoriamente a condição do homem como integrante do meio natural, pois, segundo ele, houve há muito um rompimento entre as duas partes. Essa é uma das razões pelas quais somos seres distintos das demais espécies. Não fazemos parte da natureza, mas também não somos seus proprietários. Para Schreider, o real proprietário é o Criador, que nos cede a natureza de modo análogo ao que se estabelece nas relações entre proprietário e inquilino. Como inquilinos e habitantes da natureza, temos o dever de zelar por ela, a fim de que as futuras gerações (os futuros inquilinos) possam recebê-la em boas condições de habitabilidade. Esse é um *dever* a nós confiado pelo Criador. Os animais não têm deveres, pois são parte da natureza.

Palavras como *sagrado*, *moral*, *ética*, *zelo*, *respeito* e *dever* só adquirem significado e possibilidades efetivas de realização no âmbito religioso. Fora dele, tudo o que se fizer será com vistas a interesses de usufruto imediatista e egoístico do ser humano. É necessário transcender os interesses exclusivamente humanos. O cristianismo prega uma ética baseada no amor e no respeito ao próximo. O “eu” e o “próximo” sempre foram entendidos como vinculados à mesma espécie (a humana), de modo que a ética cristã tem-se mantido restrita ao âmbito intraespecífico. No pretendido envolvimento nas questões ambientais, o que se espera das religiões é que elas atuem no sentido de que a ética cristã transcenda a atual circunscrição para abranger também o nível interespecífico.

É interessante que em minhas palestras anteriores eu pude perceber que muitos concordam em que a Bíblia e a religião estão na raiz da crise ambiental. No entanto, não admitem que a religião tenha possibilidades de influir para minimizar os efeitos da crise. Para mim, isso soa como uma incoerência. Uma instituição poderosa o suficiente para deflagrar um fenômeno, deve também o ser para, pelo menos, reduzir o seu impacto. Há quem argumente que a religião é hoje menos influente do que o foi no passado. Acredito que isso seja uma sub-estimativa da penetração que possui a religião em todas as camadas da sociedade. Muitos professores de biologia nos EUA enfrentam problemas para simplesmente ter o direito de

ensinar evolução, porque o criacionismo é ainda uma corrente poderosíssima naquele país, que por coincidência é a mais importante potência tecnológica mundial, da qual se esperaria uma aceitação muito maior da teoria da evolução, que é um dos mais importantes princípios organizadores da ciência. Uma pesquisa do Instituto Gallup de 1997, citada por Eugenie C. Scott (2000), revelou que 47% dos norte-americanos acreditam que o homem foi criado em sua atual forma há 10.000 anos. Para surpresa de Eugenie (e também nossa), 5% dos cientistas americanos também acreditam! O que reflete isso senão uma forte influência religiosa? É bem conhecido o fervor religioso dos primeiros colonizadores ingleses que aportaram em terras americanas e a tentativa de estabelecer uma religião (cristã) no sistema de governo dos EUA. As influências desses fatos históricos são lá sentidos até os dias atuais. Por essa mesma razão, acreditamos que a inserção da causa ambiental no âmbito religioso tem nos EUA grandes possibilidades. Isso adquire grande relevância, pois os EUA são reconhecidamente o país em que o consumismo atinge as maiores dimensões; é lá, por exemplo, que mais se queimam combustíveis fósseis e se emite o maior volume de poluentes de efeito global. Um dos problemas ambientais mais sérios no momento é a resistência da sociedade e das autoridades norte-americanas em abrir mão de seus hábitos consumistas em favor de uma causa de alcance mundial. A fim de se reduzir o aquecimento motivado pelo efeito estufa, várias providências são fundamentais, entre elas o plantio de árvores para absorver o CO<sub>2</sub> em excesso. Para contrabalançar as cinco toneladas de CO<sub>2</sub> que um cidadão norte-americano, em média, despeja anualmente na atmosfera seria necessário o plantio de 4.500 árvores!

Permitam-me encerrar com a frase de um ambientalista (Hamilton 1993), que é com certeza exageradamente enfática e injusta em relação às áreas científicas, mas realça muito bem o argumento de que pessoas que, em seu cotidiano,

tratam de aspectos da mente ou do espírito têm mais possibilidades de influir na problemática ambiental do que os que lidam com questões científicas, tecnológicas ou econômicas: “It is not the ecologists, engineers, economists, or earth scientists who will save the spaceship earth, but the poets, priests, artists, and philosophers”.

Agradecimento—O autor é bolsista de Produtividade Científica do CNPq.

### Referências bibliográficas

- ANGELIS, R.C. 1999. A fome oculta. Impacto para a população do Brasil. Editora Atheneu, São Paulo.
- CAMPBELL, J. 1988. O poder do mito. Associação Palas Athena, São Paulo.
- CAPRA, F. 1990. O ponto de mutação, 21ª ed. Ed. Cultrise, São Paulo.
- COLLINS, M. 1990. The last rain forests. Mitchell Beazley Publ., London.
- EDWARD-JONES, G., DAVIES, B. & HUSSAIN, S. 2000. Ecological economics. An introduction. Blackwell Science, Oxford.
- FARNSWORTH, N.R. 1988. Screening plants for new medicines. *In* Biodiversity (E.O. Wilson, ed.). National Academic Press, Washington, p.83-97.
- HAMILTON, L.S. 1993. Ethics, religion and biodiversity. The White Horse Press, Cambridge.
- ISTO É, 2000. O rato que ruge, 1613 (30/08/2000):7-10.
- MAY, P.H. & MOTTA, R.S. 1994. Valorando a natureza. Editora Campus, Rio de Janeiro.
- SCHREIDER, J. 1997. The duty of humanity before the environment: a Russian catholic viewpoint. *Environmental Conservation* 24:210-212.
- SCOTT, E.C. 2000. Not (just) in Kansas anymore. *Science* 288:813-815.
- TIEZZI, E. 1988. Tempos históricos, tempos biológicos. A terra ou a morte: os problemas da nova ecologia. Nobel, São Paulo.
- TOOLAN, D.S. 1993. O homem, a natureza e a nova era. Editora Saraiva, São Paulo.
- TURNER, F. 1990. O espírito ocidental contra a natureza. Mito, história e as terras selvagens. Editora Campus, Rio Comprido.
- WHITE, L. 1967. The historical roots of our environmental crisis. *Science* 155:1203-1207.